

O “rural” e a prática da Educação Ambiental: tecendo algumas conexões.

Fernando Rodrigo de Araújo Berni¹
Zildo Gallo²

Resumo: O presente artigo busca estabelecer algumas conexões entre os elementos que caracterizam o universo de sentidos e representações que compõem o denominado “mundo rural” e a prática da Educação Ambiental. As denominadas ruralidades contemporâneas apresentam algumas questões pertinentes no que diz respeito ao desenvolvimento de novas possibilidades de práticas pedagógicas em Educação Ambiental, que tenham como elemento balizador uma abordagem crítica e transformadora e que permitam a ampliação da visão de mundo dos sujeitos envolvidos no processo educativo no campo das questões que envolvem as temáticas relacionadas a ecologia e sociedade.

Palavras-Chave: Educação, Educação Ambiental, ruralidades contemporâneas.

The "rural" and the practice of Environmental Education: comments on some connections.

Fernando Rodrigo de Araújo Berni
Zildo Gallo

Abstract: This article aims to establish some connections between the elements that characterize the universe of meanings and representations that constitute the so-called "rural world" and the practice of Environmental Education. The contemporary ruralities present some relevant issues regarding the development of new possibilities for pedagogical practices on environmental education; these practices have the beacon basis on a critical and transformative approach, besides enabling the expansion of the world perspective of those involved in the educational process in the field of the issues related to ecology and society.

Keywords: Education, Environment Education, contemporary ruralities

¹ Licenciado em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

² Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1980), mestrado em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e doutorado em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Atualmente é professor do Centro Universitário de Araraquara.

A premissa de que estamos vivendo um momento de profunda crise no que diz respeito à relação das sociedades contemporâneas com o meio ambiente e os recursos naturais tem se tornado cada vez mais palpável. As mudanças climáticas, o esgotamento das reservas de recursos estratégicos, as profundas e irreversíveis transformações provocadas nos ecossistemas ao redor do globo, evidenciam, de forma cada vez mais dramática, que se fazem necessárias profundas mudanças na forma como nós, seres humanos, vemos e vivenciamos nossa relação com o planeta, não mais como opção, mas como necessidade imprescindível para a manutenção e sobrevivência de nossa espécie.

Diante de tal contexto, a Educação Ambiental, ganha corpo como estratégia e elemento fundamental na construção de uma nova perspectiva da sociedade em relação ao meio ambiente e suas questões. Todos os documentos produzidos até agora, sejam no âmbito pedagógico ou no âmbito político-institucional e que tenham como tema o meio ambiente, destacam a importância da EA como recurso primário na formação e transformação dos grupos e indivíduos na construção de uma sociedade mais equilibrada e sustentável, que tenha na harmonia com o meio ambiente, não só uma perspectiva, mas também uma função e uma obrigação cívica e ética, como coloca o filósofo Hans Jonas logo nas primeiras páginas de *O princípio Responsabilidade*:

“Se assim for, isso requereria alterações substanciais nos fundamentos da ética. Isso significaria procurar não só o bem humano, mas também o bem das coisas extra-humanas, isto é, ampliar o reconhecimento de “fins em si” para além da esfera do humano e incluir o cuidado com estes no conceito de bem humano.” (JONAS, 1993, pag. 41).

A educação ambiental assume, a partir desse contexto, uma função *transformadora*, de reconstrução de conceitos e de visões de mundo dos sujeitos envolvidos na prática educativa, buscando reestabelecer um tipo de vínculo entre homem e meio. Tal vínculo, aparentemente desgastado para a maioria dos grupos sociais, remete a um tempo em que os homens e a natureza se constituíam como partes integrantes de uma única realidade, simbiotizada a partir de um profundo entrelaçamento entre a realidade vivida e a realidade representada no plano das ideias. Essa unicidade, esse amalgama entre o homem e o meio pode ser identificado como o fio condutor da organização social das chamadas sociedades tradicionais, ou na sua forma mais contemporânea, nas populações agrícolas ou em outras categorias de agrupamentos humanos que ainda estabelecem uma relação mais próxima com a terra.

O presente artigo busca identificar e estabelecer algumas conexões entre essa visão de mundo, aqui representada pela denominação de *rural* – embora a utilização desse termo possa parecer um tanto ultrapassada para a representação da visão de mundo que pretendemos abordar, acreditamos que ela irá cumprir a função a ela atribuída nessa reflexão – e a prática da educação ambiental, vista aqui como estratégia essencial para alcançar os objetivos aos quais a EA se propõe enquanto elemento componente da educação formal.

Estabelecendo um sentido para o espaço

Para a efetivação de nossa reflexão, faz-se necessário esclarecer, em um primeiro momento, qual o significado ou significados que pretendemos atribuir ao termo “rural”. Como dito anteriormente, a utilização do termo não é consensual, e se apresenta bastante controversa, dada a complexidade de tal questão, ou como observa GERHARDT:

“Parece ser já lugar comum, nas instâncias de discussão operadas dentro das áreas de produção de conhecimentos da sociologia rural, se dizer que o uso da categoria “rural” (bem como de suas derivações, tais como “campo”, “mundo rural”, “populações rurais” ou, ainda, “ruralidade”) tem sido, ao longo do tempo, uma questão sempre controversa, delicada e que traz em si certo desconforto para aqueles que, fazendo parte desta disciplina, dela se utilizam para explicar ou interpretar processos sociais.” (GERHARDT, 2004)

Para a obtenção dos objetivos propostos nesse trabalho, buscaremos estabelecer que o “rural”, aqui entendido como uma espécie de “conduta”, uma “maneira” de enxergar o mundo, formada a partir de práticas e representações que apresentam e estabelecem um vínculo maior com a noção de totalidade e de pertencimento a um determinado “ecossistema³”, e que se opõe, de forma evidente à visão socialmente instituída no senso comum, que tem seus fundamentos baseada na racionalidade e na ideia de domínio sobre a natureza. Sobre essa visão, GALLO observa:

O desenvolvimento da razão científica e instrumental, que é produto principalmente da civilização ocidental, distancia o homem da natureza e facilita para ele à assunção de uma atitude dominadora em relação a ela. Ele acaba então, subordinando o ambiente natural á sua vontade. (GALLO, 2007 pág. 35)

Pode parecer contraproducente falar em visões opostas e dualizadas acerca da categoria “rural”, quando uma das mais importantes discussões realizadas pelos estudos em sociologia rural na atualidade se refira ao fim da oposição rural x urbano, ou nas limitações que tal oposição traz para o entendimento da realidade do mundo rural contemporâneo. Muitas são as correntes e propostas que buscam refutar esse dualismo característico do pensamento urbano-desenvolvimentista, que enxerga o rural como o

³ Fizemos uso das concepções do pensamento sistêmico elaborado por CAPRA (2006) onde podemos compreender o termo como “um conjunto de *relações, conexões e contexto*”.

oposto do urbano, em uma relação de dominação de um sobre o outro (WANDERLEY 2000, WHITAKER 2009), segundo essa visão, o “rural” seria sinônimo de atraso, ou de dependência. À título de categorização, vamos estabelecer a definição proposta por KAYSER, onde:

“O “rural” é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive 2006(particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade)” (KAYSER, 1990 pág. 13).

WANDERLEY amplia ainda mais esse conceito ao estabelecer que sociologicamente, podemos atribuir ao “rural”, dois elementos que ela considera fundamentais: o primeiro refere-se à forma específica de relacionamento que os habitantes do campo desenvolvem com a natureza, e a uma outra que consiste nas formas de relações sociais que são desenvolvidas nesses universos, ou “Destas relações resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc.”. (WANDERLEY, 2000).

A partir dessa breve conceituação, podemos estabelecer a primeira conexão entre o “rural” e a Educação Ambiental: Tal conexão pode ser apreendida ao observarmos a mudança de perspectiva na relação com o espaço e com a natureza, entendida como a relação que se desenvolve entre aquele que trabalha a terra para a obtenção de sua subsistência direta. Ao ter na produção do próprio alimento a principal tarefa laboral e elemento balizador de sua vida social, o sujeito estabelece todo um conjunto de novas relações e representações, muito mais profundas e constituidoras de uma identidade específica. Sobre esta questão, CANDIDO observa:

“Por outro lado a alimentação ilustra o caráter de sequência e continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um *vinculo entre ambos* (grifo meu), um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da Natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica.” (CANDIDO, 1964, pág. 28).

Podemos afirmar então que, para que o sujeito alvo da prática de Educação Ambiental transforme sua concepção sobre a natureza, ele precisa tomar contato com ela, não como objeto no qual se vive uma experiência diferenciada de sua realidade cotidiana (por exemplo, um passeio com a família ao campo ou a praia), mas sim como uma realidade concreta e presente em sua vida, e que o faça permanentemente consciente de suas relações enquanto práticas e cultura com a natureza. CAPRA (2006) já atentava para a importância da confecção de hortas como um instrumento essencial para o desenvolvimento de projetos e práticas de educação ambiental. Ora, todos sabemos que a educação tradicional é profundamente inspirada no modelo fabril, com sinais, horários, avaliações, concreto, aço, uniformes e disciplina, e, portanto, torna-se um espaço ineficaz e inadequado do ponto de vista educacional, coibindo o desenvolvimento de quaisquer tentativas de prática de Educação Ambiental que tenham como objetivo estabelecer outro tipo de relação entre homem e meio. Como criar vínculo com aquilo que não faz parte de sua realidade?

Trabalho x Consumo

Outra temática que vêm ocupando os esforços de uma grande parte dos debates acadêmicos sobre o mundo rural diz respeito à inserção cada vez maior e mais intensa da lógica capitalista na agricultura. O avanço do grande capital sobre a prática agrícola acaba por promover uma pressão cada vez maior por produtividade, especialização e utilização de pacotes tecnológicos, e produz como consequência, um afastamento das

formas e relações tradicionalmente instituídas no que diz respeito ao trabalho e a produção.

Podemos observar que hoje, os valores presentes na sociedade atual priorizam o consumo de bens como principal elemento para a inserção e o estabelecimento da posição social dos indivíduos, onde o consumo é visto como “fim em si”, como objetivo central de sua existência, e não apenas como uma tarefa secundária, cuja função é garantir o atendimento das necessidades fundamentais de sobrevivência, e, portanto, como elemento acessório á sua formação social. BAUMAN destaca a importância que o papel do consumo toma nas sociedades contemporâneas em sua obra *Globalização: as implicações humanas*:

A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é da capacidade e vontade de desempenhar esse papel. (BAUMAN, 1999 pag.88).

Nesse contexto, podemos observar que o “rural”, em sua forma familiar, tem como característica principal, outro modelo de relação entre o *trabalho*, aqui entendido como os esforços necessários a produção, e o *consumo* compreendido como o atendimento ás necessidades básicas da unidade familiar. CHAYANOV já havia observado essa diferença substancial no início do século XX, durante seu extenso trabalho de observação do campesinato russo na época da revolução. Sobre a questão ele coloca:

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho, certa quantidade de bens. Uma simples observação da estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a essa estrutura o lucro líquido, a renda e o

juízo do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra. (CHAYANOV, 1974 pág. 137).

GARCIA Jr também evidencia essa lógica ao analisar pequenos produtores rurais da zona da mata pernambucana:

O cálculo econômico do *pai de família*, pequeno produtor, está centrado em obter do *roçado* os elementos necessários ao consumo da casa, bem como o necessário para repor as condições de produção da unidade doméstica no ciclo produtivo seguinte. (...) Há uma equivalência, portanto, entre o tempo do ciclo produtivo e o tempo do consumo produtivo ou intermediário. (GARCIA Jr., 1983 pág. 136).

Quais as conexões possíveis entre essa lógica de produção, que DUVAL (2015) classifica como “*uma economia com elementos não capitalistas*” (DUVAL, 2015), e a prática da Educação ambiental? Se considerarmos a educação formal como instrumento para o “preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996) podemos afirmar que na escola, reproduzem-se os valores e sentidos dominantes na estrutura social vigente. Ou seja, cabe à educação, formar o indivíduo para o mercado de trabalho, destacando a importância da atividade produtiva ou remunerada para a sua inserção plena na sociedade, reforçando ainda mais os elementos capitalísticos que ordenam as formas de produção contemporâneas.

Assim, se considerarmos que uma das finalidades atribuídas à Educação Ambiental, reside na “construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.” (LOUREIRO, 2006). Essa construção passa pelo processo de “desvelamento” das relações produtivas instituídas e suas consequências para o Meio Ambiente. Dessa forma, ao propor uma nova perspectiva em relação ao trabalho e ao consumo, fundamentada na *práxis* existente na

produção familiar, apresenta-se ao sujeito da prática educativa, um novo universo, que possibilite o rompimento com as atuais formas pelas quais os indivíduos se relacionam com esses dois temas. O “rural” permitiria assim, o surgimento de todo um novo conjunto de relações e representações referentes á questão do trabalho, alterando de maneira significativa todos os processos pedagógicos presentes dentro da escola, das avaliações aos processos de ensino-aprendizagem, das equipes gestoras á relação aluno-professor.

Novas formas tradicionais de solidariedade

Os debates a respeito das transformações pelas quais as relações que envolvem o “rural” e o “urbano”, vêm passando nas ultimas décadas, atribuem grande importância ao papel das formas de sociabilidade e de como estas têm sido afetadas pela inserção de um sobre o outro, em especial no que concerne aos aspectos econômicos e as posteriores interações decorrentes desse processo. É tácito que na era da informação e da velocidade, o isolamento das comunidades rurais se dá, pelo menos de uma forma captável pelos sentidos, apenas no plano espacial. A modernização da agricultura e a “urbanização do campo” (WANDERLEY, 2010), seriam, portanto, as principais responsáveis pela substituição das formas tradicionalmente instituídas de sociabilidade nas comunidades rurais, por novas formas, mais dinâmicas e principalmente mais competitivas e individualistas.

Nesse contexto, devemos estabelecer que as comunidades “rurais”, pelo menos tradicionalmente, poderiam ser definidas como “um agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua.” (CANDIDO, 1964). Ainda de acordo com este autor, essa forma de organização sedimentaria os laços sociais que interligam tais comunidades,

proporcionando uma valoração do trabalho que transcende a ação em si, e se remete a valores de ordem simbólica muito mais poderosos, como por exemplo, a religiosidade (CANDIDO, 1964).

Ainda sobre essa questão, WANDERLEY (2000) destaca um importante aspecto dessas relações, ao analisar um interessante trabalho de pesquisa realizado por BODSON (1993) a respeito das comunidades rurais belgas:

A análise das respostas permite demonstrar o significado profundo que as pessoas atribuem ao mundo rural, visto não de forma abstrata, mas em função de suas próprias trajetórias individuais, que englobam as experiências passadas e as escolhas presentes e futuras, tais como o casamento. É importante observar que, no discurso formulado, o que define o modo de vida destas pessoas não é o fato de ter acesso frequente e intenso às cidades: ao escolher viver no meio rural – e as práticas matrimoniais expressam as implicações desta escolha – elas constroem, em sua vida cotidiana, o que o autor denomina “uma visão endogâmica do mundo”, que, ao se distinguir do universo das cidades, assume uma configuração espacial. (WANDERLEY, 2000 pág. 106).

É essa “visão endogâmica do mundo” que queremos destacar como um significativo elemento que proporcionaria à Educação Ambiental um redimensionamento e seu papel dentro da estrutura escolar. Faz-se pertinente observar que atualmente, a escola e o modelo educacional dominante, têm como elemento balizador de suas ações, a hierarquia e a verticalidade. As políticas educacionais e as práticas educativas são desenvolvidas sem o envolvimento direto da comunidade escolar, mesmo as iniciativas que possuem como objetivo a intensificação desse envolvimento (programa Escola da Família, por exemplo), estão distantes de resgatar o senso de “comunidade” que é observado no meio rural.

Dessa forma, se a problemática ambiental se apresenta como uma questão planetária que nos convoca a atuar enquanto *espécie*, faz parte das atribuições da educação, e em especial da educação formal, possibilitar em seu meio cotidiano o

desenvolvimento e o aprimoramento desse sentimento de pertencimento a algo maior, do qual todos os sujeitos envolvidos ocupem uma posição de igualdade em relação às tomadas de decisão e ao nível de envolvimento. Sobre essa questão, ARMSTRONG ao apresentar os processos de tomada de decisão utilizados pelos índios Okanagan, da América do Norte, sintetiza de maneira exemplar os elementos que constituem esse sentimento:

Primeiro, podemos esperar que cada pessoa reconheça o fato de que a realização plena do potencial humano de cada *indivíduo*, dotado de um dom único, é resultado do seu bem estar físico, emocional, intelectual e espiritual, e que esses quatro aspectos da existência estão sempre na dependência de coisas externas.

Segundo, cada pessoa é um elemento de um organismo transgeracional conhecido como família. Através desse organismo circula o vigoroso sangue da transferência cultural com a finalidade de garantir a maior probabilidade de bem estar para cada geração.

Terceiro, o sistema familiar é o alicerce da manutenção a longo prazo de uma rede de vida chamada *comunidade*. Nas suas diversas configurações, essa rede propaga sua força vital através de séculos e pelo espaço físico, adquirindo o conhecimento coletivo necessário para assegurar o bem estar de todos. (ARMSTRONG, 2006 pág. 41)

Assim, para que a Educação Ambiental, vista aqui não como elemento complementar á Educação, mas sim como o alicerce para a construção de uma Educação que seja ambiental na sua totalidade, e que promova [...] *a emancipação humana, o livre manifestar das potencialidades humanas e o enriquecimento espiritual que resulte no “reencontro com o natural”* LOUREIRO (2006), faz-se necessário uma revolução no que diz respeito ao papel da escola e do discurso escolar no processo de reprodução das relações socialmente instituídas, já que a mesma, de acordo com VIÉGAS se apresentaria incapaz de promover essas mudanças da forma como ela se apresenta hoje, ou:

O discurso escolar cria barreiras para uma compreensão complexa de meio ambiente, contribuindo para a manutenção da crise ecológica. Por mais que se tente focar as relações ambientais dentro de uma visão mais ampla de meio ambiente (onde natureza e seres humanos façam parte de um mesmo objeto de análise), o discurso escolar está impregnado de uma lógica que impossibilita uma compreensão complexa do meio ambiente. (VIEGAS, 2002 pág. 02).

É justamente essa lógica, cartesiana, individualista e competitiva que coloca a escola e a Educação Ambiental em uma posição de reprodução desse discurso, caracterizado por uma visão reducionista do papel da educação e das questões que envolvem a construção de uma sociedade mais responsável e justa. Tais elementos caracterizariam o denominado pensamento ambiental conservador, que GUIMARÃES define como:

Desta forma a Educação Ambiental Conservadora tende, refletindo os paradigmas da sociedade moderna, a privilegiar ou promover: o aspecto cognitivo do processo pedagógico, acreditando que transmitindo o conhecimento correto fará com que o indivíduo compreenda a problemática ambiental e que isso vá transformar seu comportamento e a sociedade; o racionalismo sobre a emoção; sobrepor a teoria à prática; o conhecimento desvinculado da realidade; a disciplinaridade frente à transversalidade; o individualismo diante da coletividade; o local descontextualizado do global; a dimensão tecnicista frente à política; entre outros. (GUIMARÃES, 2004 Pág. 27)

O atual modelo de organização do espaço educativo, representado pela escola no plano material, pelas políticas educacionais no plano institucional e pelos demais elementos que compõem o “território” escolar (sujeitos, percepções e representações) no plano social, não favorece o desenvolvimento de formas de solidariedade que tenham em sua constituição os elementos necessários para a construção de uma nova visão de mundo. Poderíamos ir mais além, e afirmar que a escola contemporânea acaba por coibir tais práticas, pois se encontra totalmente imersa na ideologia dominante que vê a

escola, um espaço para formação de consumidores e força de trabalho, reproduzindo assim a estrutura societária vigente.

Considerações finais

A necessidade de mudanças estruturais profundas na forma como as sociedades humanas se organizam faz-se imperativa, a velocidade com que os meios de produção, e tecnologia e as comunicações avançam, e conseqüentemente transformam os territórios e as comunidades é cada vez mais intensa, arrebanhando cada vez mais indivíduos para dentro das “redes”. As contradições e desigualdades produzidas por esse modelo têm se tornado cada vez mais evidentes e irreversíveis, contribuindo para um distanciamento cada vez maior dos indivíduos, de seus pares, de si mesmo. A sociedade tecnológica nos presenteia a todo instante com novos e novos desejos, consome cada vez mais partes preciosas de nosso tempo e de nossos esforços, nos inserindo num turbilhão de informações fragmentadas e desconexas, aos quais nos utilizamos para a construção de nossa visão de mundo. Diante de tal realidade, a educação se apresenta como um recurso valioso para a conquista da emancipação humana, e para o desenvolvimento de uma perspectiva de futuro que permita às próximas gerações garantir a sua continuidade. Porém, para que tal transformação ocorra, e escola, enquanto espaço de reflexão e aprendizagem deve, antes de tudo se repensar internamente, a partir do cotidiano da sala de aula, retomando assim a consciência de seu papel revolucionário e de sua importância como elemento formador da sociedade.

Nesse sentido a educação, e os agentes envolvidos em sua realização devem mudar a direção de seus olhares, o resgate daquilo que é visto pela ideologia dominante como atraso, retrocesso, primitivo, pode fornecer subsídios valiosos para que tal transformação venha a cabo e permita aos homens o retorno de sua humanidade.

Referências Bibliográficas:

ARMSTRONG, Jeannette C.- **En’ owkin: a tomada de decisão que leva em conta a sustentabilidade** – in STONE, Michael K. , BARLOW, Zenóbia (orgs.) – **Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável** – 1º ed. São Paulo, Cultrix: 2006

BAUMAN, Zygmunt - **Globalização: as consequências humanas** - tradução Marcus Penchel. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BRASIL - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CANDIDO, A – **Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida** – 5º Ed. São Paulo, Duas Cidades: 1979.

CAPRA, Fritjof - **Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável** – prefácio 1º ed. São Paulo, Cultrix: 2006.

CHAYANOV, A. V – **La organización de unidad económica campesina** – 1º Ed. Buenos Aires, Nueva Vision: 1974.

DUVAL, H.C – **Bens Materiais e Simbólicos: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do estado de São Paulo** - Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNICAMP, 2015.

GALLO, Z – **Ethos, a grande morada humana: economia, ecologia e ética** – 1º Ed. Itu, Ottoni Editora: 2007.

GARCIA JR. A.R. – **Terra de trabalho – trabalho familiar de pequenos produtores** – Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1983.

GERHARDT. Cleyton H.- **Os “rurais” e a “novas” ruralidades: problematizando questões** - trabalho final realizado para a disciplina “Rural e Ruralidades na Sociedade Contemporânea”, sob responsabilidade da Prof. Maria José Carneiro e oferecida dentro do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA / UFRRJ. Fevereiro de 2004.

GUIMARÃES, M. – **Educação Ambiental Crítica** in LAYRARGUES Philippe. P. (coord.) - **Identidades da educação ambiental brasileira** - Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

JONAS, Hans – **O principio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica** – 1º Ed. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC: 2006.

KAYSER, Bernard - **La renaissance rurale; sociologie des campagnes du monde occidental** - Paris: Armand Colin, 1990.

LOUREIRO, C. F. B – **Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária** – In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 3º ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VIÉGAS, A. - **A Educação Ambiental nos contextos escolares: para além da limitação compreensiva e da incapacidade discursiva** - Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação,UFF, Niterói. 2002.

WANDERLEY, M. N. B. - **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo** – Estudos sociedade e agricultura, UFPE: 2000: 87-145.

_____ - **O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processos de integração** - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil rural em debate: coletânea de artigos/ coord. de Nelson Giordano Delgado. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010.

WHITAKER, D.C. A – **Reforma agrária e meio ambiente: superando preconceitos contra o rural** – Retratos de Assentamentos, Araraquara nº 12, NUPEDOR/UNIARA, p 33-46: 2009.